

Em convenção, PDT fecha apoio à reeleição de Lula para presidente da República

Desde 1989, partido esteve mais distante que próximo do PT nas eleições

Por **Rudolfo Lago e Beatriz Matos**

O PDT foi o primeiro partido a realizar convenção nacional nesta segunda-feira (20).

E, ao contrário de 2022, quando teve um candidato próprio à Presidência – **Ciro Gomes**, que agora no PSDB será candidato a governador do Ceará –, o PDT apoiará a reeleição do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**.

A convenção aconteceu na sede nacional do PDT, em Brasília. O presidente Lula esteve presente e discursou ao lado do presidente do partido, **Carlos Lupi**.

“NÃO TEMOS O DIREITO DE PERDER”

Em seu discurso, Lula lembrou da luta de **Getúlio Vargas** pelo petróleo brasileiro e pelos direitos trabalhistas. Vargas, ao lado de **Leonel Brizola**, são os principais símbolos do PDT.

“Lupi, nós não temos o direito de perder as eleições”, disse Lula. “Nós vamos derrotar todos. Nós vamos ganhar no primeiro turno”, afirmou o presidente.

“Eu tenho 81 anos hoje eu estou mais motivado e mais preparado do que quando eu tinha 57 anos e fui eleito presidente da República pela primeira vez”, afirmou.

Pesquisa Quaest divul-



Lula provou Flávio Bolsonaro: “Vamos ganhar no primeiro turno”

gada na semana passada, porém, aponta para uma eleição em dois turnos. Lula lidera o primeiro turno com 40% das intenções de voto, contra 28% dados ao seu principal adversário, o senador **Flávio Bolsonaro (PL)**. No segundo turno, Lula tem 45% e Flávio 37%.

Lupi foi ministro da Previdência de Lula. E acabou deixando o cargo em maio do ano passado, quando eclodiram as denúncias do escândalo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Na ocasião, também deixou o governo o então presidente do INSS, **Alessandro Stefanutto**. Lupi foi substituído no ministério por **Wolney Queiroz**.

ESQUECER O QUE DESUNIU

“Estamos somando aquilo que nos une e, porventura, em algum momento nos desuniu, esquecendo isso para olhar para frente”, disse Lupi.

“Hoje, nosso ato é ato de reencontro com a nossa história”, disse Lupi. “De restabelecimento do nosso cami-

nho. Dizer ao presidente Lula que o PDT não falta. Vamos Lula, votamos 13”, concluiu.

MAIS LONGE DO QUE PERTO

Na verdade, ao longo da história nem sempre o PDT e o PT estiveram unidos. Em 1989, **Leonel Brizola** disputou com Lula a posição no segundo turno, e perdeu por pouco. Lula acabou perdendo para **Fernando Collor**. Em 1994, **Brizola** foi novamente candidato e Lula também. Venceu **Fernando Henrique Cardoso**.

Em 1998, finalmente os

dois estiveram juntos. **Brizola** foi o candidato a vice-presidente na chapa de Lula. Mas **FHC** acabou reeleito.

Em 2002, no primeiro turno o PDT apoiou a candidatura de **Ciro Gomes**, então candidato pelo PPS. No segundo turno apoiou Lula, que foi eleito presidente.

Em 2006, o candidato à Presidência do PDT foi **Cristovam Buarque**. Lula foi reeleito.

Em 2010, o partido apoiou a eleição de **Dilma Rousseff**. Também apoiou sua reeleição em 2014.

Então, teve **Ciro Gomes** como candidato em 2018 e 2022. Em 2018, houve o rompimento de **Ciro** com o PT. O então candidato do PDT acreditava que teria mais chances de vencer **Jair Bolsonaro** que **Fernando Haddad**, o nome do PT após a prisão de Lula.

CIRO GOMES

Do mesmo estado em que **Ciro Gomes** agora será candidato a governador, o líder do partido na Câmara, **André Figueiredo**, disse que com a saída do agora tucano, o PDT volta a “ser raiz”.

“Com a saída do nosso ex-companheiro **Ciro**, o pessoal falou que o PDT do Ceará morreu. Morreu nada. Voltamos a ser o PDT raiz”.

Valdemar muda argumentação sobre emendas

Por **Beatriz Matos**

A defesa do presidente nacional do PL, **Valdemar Costa Neto**, apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma nova explicação sobre sua atuação na destinação de emendas parlamentares.

Ao responder aos questionamentos do ministro **Flávio Dino**, os advogados sustentam que o dirigente exercia apenas articulação política dentro do partido, sem qualquer poder formal para indicar ou administrar recursos do orçamento.

A manifestação da defesa vem após a Operação Transparência, que investiga suspeitas de irregularidades na destinação de emendas parlamentares e teve **Valdemar** como um dos alvos.

Na ocasião, o ministro **Flávio Dino** determinou medidas cautelares, como o bloqueio de bens do presidente do PL. Após a operação, **Valdemar** afirmou, em entrevistas, que recebia demandas de prefeitos e as encaminhava à bancada do partido. A defesa agora sustenta que as declarações não significam que ele exercia qualquer poder sobre a indicação ou a execução das emendas.

Na resposta enviada ao Supremo, a defesa afirma que dirigentes partidários podem receber demandas de prefeitos, conversar com parlamentares e defender prioridades da legenda, mas não têm poder para apresentar emendas, definir a destinação das verbas ou determinar a execução dos recursos públicos.

Segundo os advogados, essas decisões permanecem sob responsabilidade exclusiva dos deputados e senadores autores das emendas.

DIFERENTE DO QUE DISSE ANTES

A estratégia difere das primeiras manifestações apresentadas após a Operação Transparência.

Na ocasião, a defesa concentrou os argumentos em contestar a investigação, classificando as medidas determinadas por **Flávio Dino** como uma criminalização da atividade político-partidária e negando qualquer irregularidade.

Agora, o foco passou a ser distinguir a articulação política exercida por dirigentes partidários da gestão formal das emendas parlamentares.



Defesa de Valdemar muda argumentação sobre emendas

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL